



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CAMPUS CAMPINA GRANDE - PB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ANDRÉA DE FATIMA EMIDIO DE ARAUJO

**A RELAÇÃO ENTRE O SENHOR DE ENGENHO E OS
TRABALHADORES RURAIS DA ZONA CANAVIEIRA DO
CAJUEIRO (1950-1997) - MATINHAS/PB.**

Campina Grande- PB

2015

ANDRÉA DE FATIMA EMIDIO DE ARAUJO

**A RELAÇÃO ENTRE O SENHOR DE ENGENHO E OS
TRABALHADORES RURAIS DA ZONA CANAVIEIRA DO
CAJUEIRO (1950-1997) - MATINHAS/PB.**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, em cumprimento aos requisitos necessários para conclusão da graduação em Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino

Campina Grande- PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A663r Araujo, Andréa de Fatima Emidio de.

A relação entre o senhor de engenho e os trabalhadores rurais da zona canavieira do Cajueiro (1950-1997) – Matinhas/PB [manuscrito] / Andréa de Fatima Emidio de Araujo. - 2015. 48 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em HISTÓRIA) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015. "Orientação: Prof. Dr. Cristiano Luís Christilino, Departamento de História".

1. Engenho. 2. Trabalhadores rurais. 3. Relações de trabalho. I. Título.

21. ed. CDD 633.61

ANDRÉA DE FATIMA EMIDIO DE ARAUJO

**A RELAÇÃO ENTRE O SENHOR DE ENGENHO E OS
TRABALHADORES RURAIS DA ZONA CANAVIEIRA DO
CAJUEIRO (1950-1997) - MATINHAS/PB.**

DATA DA APROVAÇÃO: 18 / 06 / 2015

BANCA EXAMINADORA:

Cristiano Luís Christillino

Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino- Orientador

Rozeane Albuquerque Lima

Profª. Ms. Rozeane Albuquerque Lima- Examinadora

Daniel Ely Silva Barbosa

Prof. Ms. Daniel Ely Silva Barbosa- Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, aos meus familiares e as pessoas que me ajudaram dentro e fora da Academia, em especial, a meus pais, que não mediram esforços para que eu continuasse estudando, ajudando no que fosse preciso. Agradeço a contribuição de Abel Araújo Luna, meu esposo, que me apoiou e me incentivou nos momentos de dificuldade.

Agradeço a contribuição dos meus professores a este trabalho, principalmente ao meu Orientador, Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino, no qual os seus esforços e incentivos foram essenciais para que eu chegasse a este momento da minha vida acadêmica. Também sou grata pela oportunidade que tive de estudar nesta instituição de ensino tão renomada, UEPB. Agradeço aos amigos que formei ao longo do curso que compartilharam momentos de alegrias e tristezas; dificuldades e superações.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as relações de trabalho entre o senhor de engenho e os trabalhadores rurais e suas condições de vida na zona canavieira do Cajueiro (1950–1997) – do município de Matinhas/PB. A abordagem do tema consiste em registrar o ponto de vista dos canavieiros a respeito do seu próprio passado, conferindo-lhe historicidade, poder e direito, sempre negados a essa classe. Dessa forma, a pesquisa tem relevância histórica, pois o objeto estudado procura analisar um processo social ainda não estudado pela historiografia. A investigação tem início com a pesquisa bibliográfica, com o estudo sobre o tema com base em alguns autores. O levantamento se dá através da história oral e qualitativa com a pesquisa direta, auxiliado de registro fotográfico e entrevistas com os trabalhadores rurais do Engenho Cajueiro, por meio de questionários que foram respondidos relatando suas experiências e opiniões. A pesquisa se concretiza com o trabalho escrito, contextualizando o período trabalhado na tentativa de compreender como se dava a organização, distribuição e remuneração do trabalho e sua relação com o patronato, identificando as condições de vida dos trabalhadores rurais no Engenho Cajueiro e suas experiências. Tendo em vista que o engenho contribuiu tanto no aspecto econômico e social de Matinhas, tanto com a cultura do sisal, quanto na venda da cachaça para Campina Grande e regiões próximas a Matinhas.

Palavras-chave: Engenho. Trabalhadores rurais. Relações de trabalho.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the working relationship between the owners of the land and the rural workers and their life conditions in the sugarcane zone of Cajueiro (1950-1977) – municipality of Matinhas/PB. The approach of the theme aims to register the point of view of the sugarcane workers regarding their own past, giving them historicity, power and rights, items which have always been denied to this class. This way, the research has historical relevance, for the studied object seeks to analyze a social process not yet studied by historiography. The investigation starts from bibliographical research, with theme study based on some authors. The survey was conducted by means of oral and qualitative history with direct research, aided by photographic records and interviews with rural workers of the Cajueiro processing factory, making use of questionnaires which they answered by describing their experiences and opinions. The research becomes concrete with the written paper, contextualizing the working period in an attempt to comprehend how organization, distribution and work remuneration was carried out, as well as their relationship with the employers, identifying life conditions of the rural workers in the Cajueiro processing factory and their experiences. Considering that the factory contributed to both the social and economic aspect of Matinhas, both to the sisal culture and to the sales of “cachaça” in Campina Grande and other regions near Matinhas.

Key words: Processing Factory. Rural Workers. Working Relationship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
<hr/>	
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
<hr/>	
1.1. O papel da memória e da História Oral para a pesquisa	12
<hr/>	
2. ASPECTOS HISTÓRICOS, FÍSICOS E POPULACIONAIS DO MUNICÍPIO DE MATINHAS – PB	15
2.1. Aspecto Histórico	15
<hr/>	
3. UMA VISÃO AMPLA SOBRE ENGENHO	18
3.1. O Engenho e suas instalações	18
3.2. A importância dos trabalhadores e moradores para o engenho	24
<hr/>	
3.3. O sistema de produção da cana-de-açúcar	26
3.4. A produção da cachaça	28
<hr/>	
4. RELATO DA EXPERIÊNCIA DE VIDA	30
<hr/>	
4.1. A versão do patronato	30
4.2. Relação com o patronato e as condições de vida dos trabalhadores rurais e suas experiências	37
<hr/>	
4.3. Os trabalhadores rurais da zona canavieira do Cajueiro: organização, distribuição e remuneração	40
<hr/>	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O estudo sobre as relações de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores rurais da Zona Canavieira do Cajueiro (1950-1997), do município de Matinhas – PB, concretiza-se através da pesquisa bibliográfica enriquecida com a história oral dos próprios trabalhadores rurais. Sendo assim, o depoimento dos trabalhadores é de grande importância para a realização deste trabalho, que se dá com a coleta de informações através de questionários respondidos durante as entrevistas. Em nossa pesquisa, delimitamos como recorte temporal o período que se dá por volta de 1950, com a plena instalação do engenho, até mais ou menos 1997, quando se apresentavam sinais de seu declínio.

A abordagem do tema consiste em registrar o ponto de vista dos canavieiros a respeito do seu próprio passado e vem afirmar a sua capacidade de conferir historicidade; ainda vem reconhecer poder e direito a uma classe a qual esses (poder e direito) sempre foram negados, tendo em vista a sua posição marginalizada e subalterna na sociedade brasileira. Com o alargamento das fontes a história mudou; houve o reconhecimento desses novos atores sociais, que se tornaram objeto da história. A pesquisa tem relevância histórica, pois o objeto estudado procura analisar um processo social ainda não verificado pela historiografia e que permaneceu no esquecimento. A questão que nos cerca neste momento é: “De que forma o Engenho Cajueiro contribuiu para o município de Matinhas – PB e região?”. A resposta virá para o leitor no decorrer do texto.

O objetivo é analisar as relações de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores rurais da zona canavieira do Cajueiro – Matinhas/PB e confrontar as versões históricas com as lembranças dos próprios trabalhadores rurais do engenho, relatando suas experiências e opiniões.

O interesse para a realização deste trabalho deu-se através de relatos de pessoas conhecidas, como por exemplo, vizinhos e familiares, que sempre ressaltaram a importância deste Engenho para a região e o trabalho que lá era desenvolvido. O proprietário do Engenho Cajueiro, na época, era o Sr. Alfredo Cavalcante de Andrade, já falecido. Seu filho, José Cavalcante de Andrade, que ainda encontra-se vivo, representa uma peça fundamental para contribuição neste trabalho como depoente e como participante deste fato histórico como “senhor de engenho”. O mesmo herdou o

engenho do seu pai quando este não teve mais condições de saúde para cuidar do engenho. Colhemos também o depoimento de dois moradores do engenho Cajueiro: Severino Clementino da Silva e José Francisco dos Santos, além do trabalhador da diária: Valdomiro Jovem de Araújo; todos têm mais de 64 anos.

Nos anos 50, a mão de obra rural empregada nos canaviais foi maciçamente submetida ao estatuto do morador de engenho¹, e com os trabalhadores assalariados as relações de trabalho no campo foram intensificadas. Essa modalidade preenchia uma necessidade do engenho de:

[...] ter mão-de-obra competente e disponível ao seu alcance sem ter que “pagar salários o ano todo”. (PRADO JÚNIOR, Caio, p. 93) Apud (DABAT p. 280, 2003). A sujeição pessoal não era um elemento distintivo de “servidão”, mas resultava apenas da posição dominante do detentor da terra – o latifundiário – que lhe outorgava esse tipo de meio de pressão sobre a mão-de-obra. Ela acentuava uma exploração capitalista, reconhecendo-se nela, pela virulência e cruza, “acentuando traços escravistas”, [...] (PRADO JÚNIOR, Caio, p. 150) Apud (DABAT, p.280, 2003).

Ou seja, houve uma tomada de consciência por parte dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo, mantinham a sujeição em relação ao patrão, o que pode ser observado no Engenho Cajueiro.

Dabat (2003), (trabalha o século XX) discute a respeito da mão de obra rural empregada nos canaviais de Pernambuco após a escravidão, que foi maciçamente submetida ao estatuto de morador de engenho. Ela confronta essas versões do passado recente da região com as lembranças dos próprios moradores de engenho, expondo sua experiência e opinião a respeito. Sendo assim, com essa visão, proponho relatar neste trabalho a experiência dos trabalhadores e sua relação com o senhor de engenho fazendo ponte com o Engenho Cajueiro.

Quintas (2007) discute acerca do conceito de Engenho e da produção canavieira no período colonial em Pernambuco. Pretendo, assim, usar seu trabalho como documento-base, como propôs a própria autora, continuando algumas discussões, convertendo para a realidade no município de Matinhas e auxiliando a produção de novos temas sobre o complexo canavieiro.

Já Eisenberg (1977) levanta questões sobre a relação econômica e de produção, que envolvem o conceito de trabalho e salário dos trabalhadores dos engenhos. Ele também ilustrou o continuísmo dessa Modernização sem Mudança, mesmo com a abolição da

¹DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003, p. 16.

escravidão e instalação das usinas. Entendendo as questões propostas, pretendo verificar no Engenho Cajueiro se estas relações também se estabeleceram e como elas se configuraram.

Pretendo, primeiramente, analisar nos tópicos seguintes o contexto histórico do período trabalhado, situando tempo e espaço; compreender como se dava a organização, distribuição e remuneração do trabalho e sua relação com o patrono; e por fim, identificar as condições de vida dos trabalhadores rurais no engenho e sua experiência.

Sendo assim, a investigação tem início com a pesquisa bibliográfica, com o estudo sobre o tema com base em alguns autores: Berutti e Marques (2009), Dabat (2003), Diégues Júnior (2006), Eisenberg (1977), Quintas (2007), Félix (2004), Silva (2005), Silva (2011), Rocha (2007) e Chartier (2012), entre outros. Apresento o levantamento de uma pesquisa direta por meio da história oral e qualitativa, na qual realizei entrevistas com os trabalhadores rurais do Engenho Cajueiro, através de questionários que foram respondidos relatando suas experiências, tendo como dados de pesquisa, também, registros fotográficos. Também busco analisar, neste trabalho, como se davam essas relações entre patrão e empregado, revelando as condições de vida dos trabalhadores neste engenho.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 O papel da memória e da História Oral para a pesquisa

O uso da história oral é de extrema importância para a realização deste trabalho, pois é através dos depoimentos que a história ganha vida, e por sua vez, os relatos ganham espaço dentro do campo historiográfico. Também é a partir da história oral que se faz a construção narrativa dos fatos “puxados pelos fios da memória”. A memória possui esses artifícios de cristalizar uns eventos e excluir outros, o que vai depender do grau de relação e da experiência tida com o passado narrado².

Pesavento (2003, p. 42) Apud (SILVA, 2005, p.7) diz que o historiador, para pôr “mãos à obra”, enfrenta alguns obstáculos. “A rigor, o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não visto, o não vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele”.

Para Montenegro (2001) Apud (SILVA, 2005, p.7), esses sinais do passado podem se configurar em história oral, através dos depoimentos que podem trazer à tona “histórias esquecidas”, versões inéditas no campo historiográfico; pois o tempo, tanto pode escoar lembranças dos memorialistas, como também os levar ao falecimento, e junto, suas histórias, sua experiência vivida.

A memória é um dos suportes essenciais para “o fazer história” como investigação-testemunho, unindo laços de identidade dos sujeitos coletivos. Existe uma articulação entre história, memória e sua dimensão no tempo³.

A utilização da memória não é algo recente, pois os antigos gregos já a utilizavam e era de grande importância para o seu universo, antes mesmo da instituição da razão como instrumento de compreensão do mundo, no século V a.C, no qual a memória era sacralizada. O aedo desempenhava esse papel de resgatar a memória, num mundo predominantemente oral, criando e articulando memória e imaginação. Até mesmo a Mnemosyne -- memória em grego--, uma deusa responsável pela memória e inspiradora da ⁴imaginação criativa de artistas e poetas, torna-se objeto de investigação.

² SILVA, Marcos Paulo. **Camponeses na resistência cotidiana: uma história do Sítio Geraldo – Matinhas-PB.** Monografia (conclusão de graduação em História), UEPB; Campina Grande. 2005 p. 23.

³ FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa.** “II Memória e memória história”. 2. ed. – Passo Fundo: UPF. 2004. p. 33.

⁴ FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa.** “II Memória e memória história”. 2. ed. – Passo Fundo: UPF. 2004. p. 42.

O historiador assume essa responsabilidade e preocupação de “não deixar que se perca a memória dos feitos”, de que os fatos não sejam esquecidos. Félix (2004) utiliza Halbwachs para diferenciar história e memória. E diz que: a memória está ligada à lembrança das vivências; e isto só acontece quando laços afetivos criam pertencimento ao grupo, e ainda os mantém no presente. É a dimensão do pertencimento social, criada por laços afetivos que mantém a vida e o vivido no campo das lembranças comuns, geradora de uma memória social. As lembranças são constituídas nas relações sociais. Ao acabar a memória (chegando à morte), começa a história (história-conhecimento), as lembranças passam a ser salvas pelo registro escrito. A história capta e estuda memórias, constrói-se também com elas, mas não são sinônimos. Loiva Otero Félix afirma que estudar memórias é falar não apenas de vida e de perpetuação da vida através da história:

[...] é falar, também, de seu reverso, do esquecimento, dos silêncios, dos não-ditos, e, ainda, de uma forma intermediária, que é a permanência de *memórias subterrâneas* entre o esquecimento e a memória social. E, no campo das memórias subterrâneas, é falar também nas memórias dos excluídos, daqueles que a fronteira do poder lançou à marginalidade da história, a um outro tipo de esquecimento ao retirar-lhes o espaço oficial ou regular da manifestação do direito à fala e ao reconhecimento da presença social. Neste sentido, esquecimento e morte se aproximam. (p. 42, 2004)

A memória seria uma espécie de “força subterrânea”, vinda de dentro, que passa a atuar como um próprio campo significativo de ação (SILVA, 2005, p. 23).

Forma-se um caminho intermediário e de mão dupla que se dá através da retomada das lembranças. Félix ao citar Adauto Novais (1990)⁵, ressalta que para falar do corpo ou falar da História é preciso rememorar esse desencontro: beber água fresca do lago de Mnemosyne.

Félix cita também Pollack⁶, afirmando que existem na memória, zonas de sombras, de silêncios e não ditos, que estão em perpétuo deslocamento e presentes em discursos carregados de metáforas e alusões. Esses discursos surgem a partir da angústia de não encontrar escuta, demonstrando o medo dos indivíduos e dos grupos sociais de serem punidos ou de se exporem a mal-entendidos. É essa fronteira entre o dizível e o

⁵ FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. “II Memória e memória história”. 2. ed. – Passo Fundo: UPF. 2004. p. 42-43.

⁶ FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. “II Memória e memória história”. 2. ed. – Passo Fundo: UPF. 2004. p. 45.

não dizível que separa a existência de uma memória. É nesta perspectiva de trabalho, a qual se interessa pelos processos e atores sociais, que se constituem memórias:

[...] a história oral, ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das periferias, contribuiu para ressaltar a importância das “memórias subterrâneas”, de culturas minoritárias e dominadas em oposição às “memórias oficiais” e às “memórias nacionais.

Essas memórias subterrâneas, que permanecem em silêncio e de maneira quase imperceptível, podem aflorar em momentos de crise através de sobressaltos bruscos e exacerbados. Vida e morte, lembranças, silêncio-esquecimento, são categorias dependentes de outras, o que define o historiador nesta busca-testemunho *do e pelo sentido*⁷.

A História Social Inglesa e a História das Mentalidades alargaram suas fontes, abordando novos sujeitos que eram relegados pela história, como: jovens, trabalhadores, mulheres, crianças, indivíduos considerados loucos, “bruxas”,⁸ etc. É importante observar a substituição da tradicional narrativa dos acontecimentos por uma história-problema, das muitas perguntas e respostas que os historiadores do presente devem fazer ao passado. É⁹ neste sentido que a história cultural tem como principal objetivo identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.

O Objetivo do historiador é dar vida ao passado, ressuscitando os mortos, como diria Michelet, mas de nada adianta trazer uma história do passado sem fazer ponte com o presente. O objeto de estudo tem que ser analisado, provocando questionamentos como forma de trazer respostas para o presente.

A História deve ser escrita abordando não só o ponto de vista da classe dominante, mas também dos considerados “vindos de baixo”, dos “subalternos”, da “classe marginalizada”; observando se os discursos produzidos por eles condizem com a verdade. Partindo da ideia de que a história não é feita apenas de grandes homens, nem de grandes feitos, mas também daqueles que ficaram excluídos da escrita da história e que, apesar disso, tiveram parte significativa nos acontecimentos históricos. Portanto, a

⁷ FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. “II Memória e memória história”. 2. ed. – Passo Fundo: UPF. 2004. p. 49.

⁸ BERUTTI, Flávio. MARQUES, Adhemar. **Ensinar e aprender História**. Belo Horizonte: RHJ, 2009. p. 43-44.

⁹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, Difel, 2012. p.16.

história dos trabalhadores rurais, da zona canavieira do Cajueiro, deixa de ser assunto “marginalizado” e passa a ser “centro” deste trabalho, tornando-se objeto de estudo.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS, FÍSICOS E POPULACIONAIS DO MUNICÍPIO DE MATINHAS – PB

2.1. Aspecto Histórico

O processo de colonização do município de Matinhas teve início no século XVII. As terras eram habitadas por índios Bultrins, da nação Cariris. Quanto à origem do vilarejo, não há uma data fixa, mas acredita-se que foi no início do século XIX. SILVA (2005) conta que sobre a origem de Matinhas não há fontes “oficiais”, apenas podem ser “montadas” algumas versões a partir de relatos orais, principalmente dos moradores mais antigos. Assim, ROCHA (2014), para explicar a origem da cidade de Matinhas, aponta dois relatos que são contados por intermédio de moradores locais, como por exemplo: D. Auta Rufino de Araújo (81 anos); João Veríssimo Bezerra de Menezes (84 anos); Antônio Francisco da Cruz (82 anos); e Sebastiana Maria da Conceição (95 anos). Sendo os dois últimos já falecidos.

No lugar em que é a atual sede do município de Matinhas (onde na época pertencia a Alagoa Nova) existia uma mata, e a região fora afetada por uma epidemia de bexiga (*variola*). Os doentes foram levados para a mata, um local distante, para evitar que os familiares fossem contagiados. Os enfermos ficavam isolados em ranchos aos cuidados de duas ou três pessoas consideradas imunes, e quando curados poderiam voltar para as suas casas (ROCHA, 2014). Essas pessoas, na “Matinha”, eram tratadas por outras que já haviam sido curadas; algumas melhoravam e outras não. As que faleciam, eram sepultadas ali mesmo. Segundo Silva (2005), local onde, posteriormente, seria edificada a Igreja Católica. Quando as pessoas morriam e alguém perguntava: “Fulano morreu, onde foi sepultado?”; seus familiares respondiam: “Na Matinha”.

Sabemos por informação oral que, antes de receber o nome oficial de Matinhas, esse local foi chamado de Nova Floresta e Caamirim. Porém, a população não aceitou, voltando ao nome de Matinhas. Sobre a não aceitação dos outros nomes, acredito que se deve ao fato de que as pessoas do local criaram um laço de identificação com a primeira referência, “Matinhas”, já antiga.

Não demorou muito tempo para construírem uma Capela, onde rezavam pelos doentes e falecidos, bem como algumas casas dentro da “matinha”, formando assim um povoado (ROCHA, 2014). No final do século XIX, conforme a história

contada por moradores mais antigos, a Capela que levava o nome de Nossa Senhora da Conceição foi destruída e erguida ao seu lado a Igreja de São Sebastião, como cumprimento de uma promessa feita pelos moradores na esperança de livrar a região da peste que os aterrorizava, vale ressaltar que essa epidemia jamais se repetiu.

O outro relato que explica a origem da cidade de Matinhas diz que a mesma localizava-se numa área aplainada, por onde passavam comerciantes levando mercadorias para vender na feira, que era realizada na atual cidade de Campina Grande. A “matinha” era usada como ponto de descanso pelos tropeiros e não demorou muito para surgirem algumas casas e bodegas.

Segundo Sales (1990, p. 92-93) Apud (ROCHA, 2014), no ano de 1900, o povoado de Matinhas passou a pertencer ao município de Campina Grande em decorrência da conflituosa sucessão de Gama e Melo, Presidente da Paraíba. O mesmo resolveu suprimir o município, e o termo Alagoa Nova, em 05 de junho de 1900 através da Lei nº 157, e também distribuiu as povoações que o pertenciam. A situação volta à normalidade com a intervenção do Presidente da República Marechal Floriano Peixoto e em 1904, pela Lei nº 215, restaura-se o termo sobre o município de Alagoa Nova, e Matinhas volta a pertencer a este.

A partir de 03 de agosto de 1959, o Distrito de Matinhas passa a ter representação política com o senhor Pedro Sudério da Silva, o mesmo relata a luta pela emancipação política do referido Distrito. No ano de 1993, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE), de acordo com a Lei nº 01/90 de 24 de Janeiro de 1990, emancipava o Distrito de Matinhas dando ao mesmo a condição de município.

O TRE autorizou para o dia 15 de novembro de 1993, um plebiscito para confirmar o desejo popular de se tornar independente, sendo o juiz eleitoral da Comarca Dr. Manuel Abrantes, o qual presidiu o pleito. Matinhas foi desmembrada efetivamente de Alagoa Nova no dia 29 de abril de 1994 pela Lei Estadual nº 5.893.

A urbanização do município de Matinhas ocorreu após a década de 1960, quando a cidade ainda era distrito de Alagoa Nova. Foram calçadas as primeiras ruas da cidade, seguida com a instalação da energia elétrica (SALES, 1990) Apud (SILVA, 2011, p. 20).

Atualmente, os camponeses que residem no município de Matinhas, sobrevivem de plantações de laranjeiras, o que está se tornando uma monocultura e pequenos sítios de subsistência, como feijão, milho e mandioca, com condições favoráveis para a prática da agricultura. A laranja é vendida na sua maior parte a

atravessadores, que distribuem para Recife, João Pessoa e outras cidades do Nordeste (SILVA, 2005, p. 41).

Segundo Santos (2004, p. 18) Apud (SILVA, 2005), Matinhas faz parte da Mesorregião do Agreste, estando inserida na Microrregião do Brejo Paraibano. A sede do município está ¹⁰localizada a 145 Km da capital do Estado – João Pessoa – e a 24 Km de Campina Grande – principal região do compartimento da Borborema – ; e ainda conta com uma área de 38 km². O município limita-se ao norte do município de Alagoa Nova, ao Sul do município de Massaranduba, ao leste de Alagoa Grande, e ao Oeste dos municípios de Lagoa Seca e São Sebastião de Lagoa de Roça. É formada por comunidades dos sítios: Juá, Jucá, Cabaços, Geraldo, Cosmo da Rocha, Cachoeira, Cajueiro, Jurema, Engenhoca, e outros.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010, Matinhas contava com uma população de aproximadamente 4.321 habitantes, e uma densidade demográfica de 113, 34 hab/km². Cerca de 80% da população matinhense reside na zona rural, enquanto 20% se encontram na zona urbana¹¹.

¹⁰ SILVA, Giusepp Cassimiro da. **A IMPORTÂNCIA DA CITRICULTURA PARA O MUNÍCIPIO DE MATINHAS – PB**: circuito inferior da economia. 2011. Monografia do Curso de Licenciatura Plena em Geografia. UEPB/CEDUC/DG. Campina Grande, Paraíba, 2011, p. 16.

¹¹ SILVA, Giusepp Cassimiro da. **A IMPORTÂNCIA DA CITRICULTURA PARA O MUNÍCIPIO DE MATINHAS – PB**: circuito inferior da economia. 2011. Monografia do Curso de Licenciatura Plena em Geografia. UEPB/CEDUC/DG. Campina Grande, Paraíba, 2011, p. 19.

3. UMA VISÃO AMPLA SOBRE ENGENHO

Nos tópicos seguintes pretendo mostrar através de uma visão mais ampla como funciona e se caracteriza a maioria dos engenhos nordestinos, e dessa forma, tentar compor a imagem do Engenho Cajueiro, a partir do estudo sobre o tema e da pesquisa direta, utilizando como recurso a imagem.

3.1. O Engenho e suas instalações

Ao longo da História e de acordo com os estudos realizados, podemos identificar ¹²três tipos de engenhos presentes no Brasil, que se deu no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII: os *reais*, movidos à água; os *trapiches*, com a utilização da tração animal e os a *vapor*.

Fátima Quintas (2007), explica a denominação de engenho:

O nome *engenho* refere-se à dimensão *engenhosa* que os mouros atilaram na construção da moenda, pois se tratava de um mecanismo habilidoso e astuto, cujo funcionamento dependia de uma engrenagem a base de encaixes. Assim, banguê e engenho acabaram sendo sinônimos da gravura do passado: insígnia da manufatura do açúcar. (p.74)

O engenho constituiu o eixo da vida econômica do Nordeste. Dentro dele, a figura do senhor de engenho se erguia: são absolutos em suas terras, aplicam justiça, distribuem direitos e gozam de privilégios perante os maiores¹³.

Com o nascimento das usinas, ¹⁴muitos engenhos tentam resistir mantendo-os moentes e correntes. Continuam fabricando açúcar bruto e mascavo, seu retame e sua cachaça em alambique de barro. Ressaltando que ¹⁵na primeira década do século XX, houve um decréscimo no número de engenhos. No início de 1970, poucos eram os engenhos ainda em funcionamento na região do brejo paraibano, e o sistema morador,

¹² DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural.** Maceió: EDUFAL, 2006, p. 42-45.

¹³ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural.** Maceió: EDUFAL, 2006, p. 21 e 25.

¹⁴ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural.** Maceió: EDUFAL, 2006, p. 29.

¹⁵ EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910.** Paz e Terra: universidade Estadual de Campinas, 1977, p. 146.

característico da atividade canavieira regional, encontrava-se em processo de decadência. (LIMA, 2009).

A produção da cana-de-açúcar passa a fazer parte da paisagem regional dos engenhos, assim como as suas instalações. Dessa forma, dentro dos limites do Engenho Cajueiro, como apontou o sociólogo alagoano, estudioso do universo açucareiro, Manuel Diégues Júnior (2006), “encontra-se o conjunto de suas principais instalações” que é formado por: casa grande, casa do engenho, prolongada pela casa de farinha, casa dos moradores e trabalhadores. Todos se encontram interligados.

A *Casa Grande* representa o caráter residencial, o que acontece também com as casas dos trabalhadores e moradores. Representa também a função social do estabelecimento e o centro da vida de sociedade. Tem importância no sentido de que funciona como ponto de reunião, de pensamento, de família¹⁶. A figura 01 e 02 abaixo mostra a Casa Grande do Engenho Cajueiro – que se encontra em ótimas condições, tendo em vista sua existência a mais de 50 anos –, compondo a paisagem da vida econômica e social do engenho.

Figura 01 -- Residência do senhor de engenho (Casa Grande, 2015).



Fonte: Pesquisa direta.

¹⁶ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural*. Maceió: EDUFAL, 2006, p.49 e 50.

Figura 02 -- Visão lateral da Casa Grande, com a varanda circundado a casa (2015).



Fonte: Pesquisa direta.

A casa grande oferece, em sua arquitetura, uma harmonia entre a necessidade do homem, ou, em particular, da família patriarcal do senhor de engenho, e as condições de clima. Representou o poder e a riqueza dos senhores de engenho, mas existiam também aquelas simples e modestas. Variam em sua feição arquitetônica, umas de um só pavimento, espalhando-se horizontalmente, outras de dois pavimentos, algumas construídas do tipo assobradado, aproveitando-se a parte térrea como porão. Todas com janelas em todos os lados, varandas circundando a casa (o que podemos observar na figura 01 e 02). Quase sempre a casa grande é erguida no ponto mais alto ou numa elevação existente no engenho, na vizinhança da casa do engenho. Tinha deste modo, uma posição de dominância, embora fosse apenas uma das partes essenciais do engenho.

A Casa de Engenho ficava ¹⁷na proximidade da casa grande, de preferência perto do rio (o que foi verificado no Engenho Cajueiro), e num plano baixo. É uma das

¹⁷ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural*. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 59.

instalações onde está à maquinaria de moagem e o “picadeiro”, lugar reservado às canas de moer. As canas são transportadas do campo em lombos de animais e são atiradas, do lado de fora do “picadeiro”. Este é o local dentro do engenho que fica próximo das moendas, onde a cana será espremida. Do “picadeiro” a cana é conduzida para um estrado ao lado das moendas, e nelas colocadas pelos “moedeiros” para moer. O bagaço sai do outro lado e é transportado para a bagaceira. O bagaço da cana era utilizado como combustão: se tirava o bagaço, colocava para secar ao sol, depois levava para a destilação onde cozia a cachaça. Aproveitava-se, também, para preparar a farinha, substituindo a lenha.

Figura 03 -- Visão lateral da casa de engenho, aonde moía a cana, encontrada em ruínas (2015).



Fonte: Pesquisa direta.

Figura 04 e 05 -- Moenda de cana do Engenho Cajueiro, movido a motor elétrico (2015).



Fonte: Pesquisa direta.

Figura 06 e 07 -- Duas engrenagens da moenda, movidas à eletricidade, que se encontram soltas no engenho (2015)



Fonte: Pesquisa direta.

Figura 08 -- Rodas da moenda encontrada solta no engenho que era movida a motor, (2015).



Fonte: Pesquisa direta.

Figura 09 -- Antiga casa de destilaria da cachaça, já desativada (2015).



Fonte: Pesquisa direta.

As Casas dos Moradores de engenho no Nordeste são, em sua maioria, de ¹⁸pau-a-pique ou de adobe, cobertas de telha. As paredes são caiadas. Outras são

¹⁸ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural*. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 33.

verdadeiros mucambos, geralmente cobertos de palha. As palmas das palmeiras da região são tiradas para cobrir as casas, e das árvores mais fortes fazem-se as estacas que sustentam o barro, formando as paredes de adobe; ou as palhas são presas por cipós fortes que sustentam as paredes. Era comum encontrar casas com paredes feitas de palhas, assim como a cobertura.

A Casa de Farinha é uma instalação indispensável nos engenhos, onde é fabricada a farinha de mandioca consumida pela população, podendo ser vendida em feiras ou em vilas e cidades. No preparo da farinha utilizam-se processos antigos ou até primitivos, com atividade manual de mulheres, e o tipiti são os instrumentos principais, ao lado do forno. Além da farinha de mandioca, a casa de farinha fabrica, também, a tapioca, beiju, chapéu-de-couro, entre outros¹⁹.

Figura 10 -- Antiga casa de farinha do Engenho Cajueiro em ruínas. Já desativada, foi transformada em cocheira (2015).



Fonte: Pesquisa direta.

Assim como a casa de farinha, a estribaria e o curral são outras instalações essenciais. Os animais se incluem como indispensáveis para manutenção do engenho, como: cavalos, bois e vacas. Cavalos são utilizados para as viagens mais próximas ou

¹⁹ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural.** Maceió: EDUFAL, 2006, p. 68

para a fiscalização dos trabalhos no canavial; os bois para puxar os carros ou para o corte. Dessa forma, a estribaria e os currais fazem parte da paisagem do engenho.

3.2 A importância dos trabalhadores e moradores para o engenho

Faz-se necessário ressaltar a importância dos trabalhadores de campo ou de eito para manter os engenhos em produção. Sem eles, isso não seria possível, assim como também este trabalho. O trabalhador de engenho²⁰ é aquele que continua próximo e ligado ao banguêzeiro, mantendo um contacto humano e pessoal com o patrão, como se estabelecia entre o senhor de engenho e o escravo. Os trabalhadores de campo ou de eito formam o grosso da população do engenho. Ao lado deles, aparecem outras duas classes de ocupantes de terra dos engenhos: os foreiros, ou moradores, e os lavradores. São essas as pessoas a quem o senhor de engenho concede terra e casa, a fim de que plantem cana de meiação.

Os moradores preparam a terra para plantar cana e trabalham por conta própria. Geralmente, o morador é aquele antigo trabalhador do engenho que conseguiu conquistar a simpatia e a proteção do senhor de engenho. Eles residem no próprio engenho, em casas que se espalham pelo território da propriedade²¹. Os lavradores são aqueles trabalhadores que cultivam a terra, que preparam para plantar e para colher. O morador do Engenho Cajueiro acumula as duas funções.

Podemos observar que são várias as profissões e ocupações exercidas pelos trabalhadores da lavoura de engenho. São tiradores de conta ou de “ticuca”, machadeiros, cortadores de cana, cambiteiros, capineiros, amarradores de cana, contadores de cana, vigias; entre eles: estribeiros, vaqueiros, oleiros, pedreiros, ajudantes de carroça. O trabalho exercido nos canaviais não se restringiu apenas ao corte da planta, mas envolveu um conjunto de outras atividades, a preparação dos canaviais, a limpeza dos canaviais, a limpeza da cana cortada e sua organização em montes, e o transporte para o processamento²².

²⁰ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural.** Maceió: EDUFAL, 2006. p. 30 e 31.

²¹ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural.** Maceió: EDUFAL, 2006. p. 31.

²² SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os trabalhadores dos engenhos e suas experiências.** Unifavip. p. 04.

O modo de pagamento do trabalhador de engenho é o sistema que recebe o nome de “condição”. É pela “condição”, que o trabalhador obtém o direito a habitação e a um pedaço de terra, na qual trabalha e faz a sua pequena roça. É obrigatório trabalhar para o senhor de engenho alguns dias no mês, às vezes um ou dois dias por semana, quase sempre nas épocas de plantio e colheita. Porém, em alguns engenhos, o trabalho paga o uso da terra que lhe é cedido; em outros, o trabalhador recebe além da terra um pequeno salário. O tamanho da terra varia de acordo com o número de pessoas da família do trabalhador.

Dabat (2003) cita Sandra Correia para falar da passagem da herança escravista para a condição de assalariado adotada nos anos 1950, portanto, distinta das “antigas relações de sujeição”.

Doravante, os trabalhadores rurais teriam que “vender sua força de trabalho, tornando-a mercadoria, em troca de um salário arbitrado pelo patrão e, como tal, sujeito à lei da oferta e da procura.” (ANDRADE, p. 28) Apud (DABAT, p. 299, 2003) Essa mudança provocou, ao mesmo tempo, “empobrecimento” e “tomada de consciência” embora “ainda pouco precisa e sem um delineamento claro da estrutura de dominação”, [...].

Por isso, Manuel Diégues Júnior frisa que o trabalhador de eito ou de campo, que tem casa e o salário referente ao dia em que trabalha, está se tornando raro nos engenhos do Nordeste. E o sistema de pagamento a tanto por dia no eito está hoje desaparecendo, usualmente sendo usado, agora, o modo de empreitada, que é o mesmo trabalho por conta, ou seja, realiza-se o trabalho em espaço de terra de 10 braços em quadro. Era este tipo de trabalho que era desenvolvido no Engenho Cajueiro.

3.3 O sistema de produção da cana-de-açúcar

O plantio da cana-de-açúcar tornou-se o principal gênero de cultura, sendo a base da agricultura do Nordeste²³. Os engenhos necessitavam sempre da matéria-prima, a cana-de-açúcar, por isso, o plantio tomou conta das terras brasileiras. De início, o sistema de plantação era feito com a enxada, só depois do século XVIII foi introduzido o arado na lavoura canavieira. Mesmo assim, no século XIX, foi registrado como instrumento raro nos engenhos brasileiros.

²³ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural.** Maceió: EDUFAL, 2006, p. 35 e 36.

As condições do solo²⁴ são essenciais para o plantio. A terra apropriada para cana-de-açúcar deve ser mole, escura e raramente amarelada. O massapé é de excelente qualidade, apto para o plantio, que já vem sendo ressaltado desde os tempos coloniais.

As várzeas, também, são condições geográficas propícias à cana-de-açúcar no Nordeste. As várzeas de boas terras acolhem os brotos de cana registrados no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco, em Alagoas, em Sergipe e no recôncavo. Nas várzeas, um dos melhores terrenos para o plantio, as canas dão fertilidade e abundância, e tem sido em torno dessas terras baixas, ao longo dos rios, ou dos grandes alagadiços, que a cana vem florescendo há séculos. Daí em diante, se plantou o canavial e se edificaram os engenhos; as várzeas ou vales acolheram, alimentaram e fizeram crescer os pés de cana no Nordeste²⁵.

Depois de roçado e seco, o mato é queimado, a terra lavrada e preparada para plantar a cana. O plantio é feito em terrenos planos ou várzeas e também nos acidentados ou em ladeiras. A época varia de acordo com o terreno, mas o período preferido é de março a dezembro, entretanto, nos terrenos baixos pode ter início em agosto²⁶.

O plantio de cana à enxada pode ser realizado através de dois sistemas: o de “rego”, usado em terras altas e enxutas, que se dá com abertura de covetas feitas geralmente em linha horizontal, mantendo uma distância, paralelamente, entre 16 e 32 polegadas uma da outra; e o de “mergulho”, uma prática utilizada em terras leves e frouxas e que consiste em levantar uma camada de terra, cavando uma coveta profunda, na qual se coloca a semente com dois ou três olhos, que é coberta com terra. Os dois sistemas são praticados após os processos de roçagem, derrubada e queimada dos matos²⁷.

É preciso roçar a terra, limpando-a dos matos; e capins aparecem e crescem rapidamente durante o período em que a cana está germinando. Essa prática é chamada

²⁴ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural.** Maceió: EDUFAL, 2006, p. 35.

²⁵ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural.** Maceió: EDUFAL, 2006, p. 36.

²⁶ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural.** Maceió: EDUFAL, 2006, p. 38.

²⁷ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural.** Maceió: EDUFAL, 2006, p. 38.

de “limpa” ou “capina”. Essa é feita à enxada, mais ou menos um mês depois do plantio. O trabalho se repete por duas ou três vezes. Normalmente são feitas apenas três limpas por ano.

A colheita se faz de doze a dezesseis meses depois do plantio, que costuma começar em agosto ou setembro. Esse último é o mês preferido, porque a colheita vai até fevereiro ou março e o período da safra coincide com o de moagem. O corte da cana, a parte de cima, se faz com o facão; aquela pode ser usada para alimento do gado. A parte de baixo é cortada na altura de um palmo da terra. Da parte que fica enterrada, chamada de “restolho”, brota nova cana. A parte final da cana é chamada de “Bandeira”, desprovida de sacarose, é usada como muda que germina rapidamente.

As raízes que ficam na terra produzem novas canas, que recebem o nome de “soca”, tão boas quanto as primeiras. “Ressoca” chamam-se as canas produzidas pelas raízes daquelas segundas canas, ou de soca. As canas de soca ou ressoca produzem sem necessitar de maiores tratamentos, bastando apenas uma limpa no terreno com a retirada de ervas daninhas que crescem no canavial²⁸. A cana de boa qualidade atinge dois a três metros, algumas até mais, com espessura de 4 a 8 centímetros²⁹.

As canas são cortadas nos “partidos de cana” e amarradas em feixes, com os olhos ou palha da cana. Este trabalho é realizado pelo “amarrador de cana”. São levadas, de preferência no mesmo dia, para casa do engenho. Geralmente as canas são levadas em lombos de jumentos ou de burros, e os feixes são “segurados” pelos “cambitos”, ganchos de madeira em forma de V, duplo, colocado sobre a canga, como ocorria no Engenho Cajueiro. “Cambiteiro” é o trabalhador que conduz os animais que levam a cana em cambitos.

Os instrumentos de trabalho mais utilizados para realizar os trabalhos na lavoura são, geralmente: enxada, machado, foice grande e pequena, e o gancho de madeira. O fogo também é considerado um dos instrumentos utilizados para facilitar o trabalho; depois de roçado o mato é ateado fogo³⁰.

²⁸ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural**. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 39.

²⁹ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural**. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 38.

³⁰ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural**. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 29.

3.4 A produção da cachaça

Com a produção da cana-de-açúcar no Nordeste, tudo tem sido aproveitado. Além da produção do açúcar, bruto ou mascavo, utiliza-se ainda este produto na produção de outros artigos, entre eles, a cachaça e a rapadura. No Nordeste há poucos engenhos exclusivamente de aguardentes: em 1940, existiam 692 espalhados do Ceará a Sergipe. Nos outros engenhos, os de açúcar bruto, onde também se fabricava a cachaça. Existe uma variedade de nomes com que a cachaça aparece no mercado, que quase sempre corresponde aos nomes dos engenhos em que é fabricada³¹.

O fabrico da cachaça ou aguardente é feito com o aproveitamento do mel ou melado, que escoa do açúcar quando nas formas. Este mel é destilado em alambiques, havendo de ferro ou de barro. O de barro é menos comum hoje em dia, apresentando-se preferido pelos consumidores. Levando-se em consideração que dá melhor sabor à aguardente, ao contrário, o de ferro deixa traços de sua oxidação no produto. Com a criação do imposto de consumo sobre a aguardente, tem havido uma diminuição no lucro de venda desse produto, sendo que muitos engenhos deixaram de produzir esta bebida. É difícil registrar o consumo de aguardente pelo fato de ser de grande o consumo e está ligada a várias comemorações da vida nordestina; como: nos banhos de rios, nas feijoadas, nos nascimentos³², e tantos outros.

Nos tópicos seguintes, vou discutir a partir dos depoimentos dos moradores e trabalhadores, essa grande produção de cachaça que se deu no Engenho Cajueiro, e que era vendida em toda vizinhança, em bodegas, e principalmente, na cidade de Campina Grande – PB, mantendo assim, relações comerciais com esta cidade.

³¹ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural.** Maceió: EDUFAL, 2006, p. 77.

³² DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural.** Maceió: EDUFAL, 2006. p. 77 – 78.

4. RELATO DA EXPERIÊNCIA DE VIDA

O uso dos recursos da História Oral constitui uma pedra angular para a argumentação apresentada neste trabalho, na medida em que o ponto de vista dos trabalhadores (DABAT, 2003) constituem a base documental cedida através de depoimentos e auxiliados a registros fotográficos, compondo e configurando a paisagem do engenho.

Os tópicos a seguir trazem o testemunho dos moradores, trabalhadores rurais e dos senhores de engenho, que nos levam a compreensão dos fatos, descrevem as condições de vida e de relações de trabalho desses, que por sua vez, permitem a inscrição das lembranças pessoais, no contexto da definição de uma memória, bem como a organização, distribuição e remuneração. Permite também conhecer sua opinião a este respeito bem como das mudanças surgidas no período considerado. Ao privilegiar o testemunho dos trabalhadores, considereirei como recorte temporal e cronológico, de acordo com a capacidade de rememoração dos mesmos. Todos os trabalhadores entrevistados relatam uma vida de trabalho precoce e sofrida nos canaviais, mas, que muitas vezes, gostam de relembrar e de testemunhar.

Colhemos o depoimento do senhor José Nilson Cavalcante de Andrade, com 81 anos, depoente como senhor de engenho; Severino Clementino da Silva (conhecido como Bio Honório), 72 anos, morador do engenho Cajueiro; José Francisco dos Santos, (conhecido como Zé Chico), com 75 anos, também morador do engenho Cajueiro e Valdomiro Jovem de Araújo, 64 anos, trabalhador na diária.

4.1 A versão do patronato

O Senhor José Ionilson Cavalcante de Andrade (referido a partir deste ponto como José), de 81 anos, residente do Sítio Cachoeira do Gama do município de Matinhas – PB – nos cedeu entrevista e contou um pouco de sua experiência, relatando como estava organizado e distribuído o trabalho no engenho. Segundo ele, a propriedade correspondia a 275 hectares de terra e estava dividida em três partes, o que corresponde, hoje, aos Sítios Cajueiro, Camará e Cosmo da Rocha. Os dois primeiros citados eram dois engenhos, enquanto o terceiro fazia parte deles, com uma extensão da propriedade utilizada para o cultivo da cana-de-açúcar.

O engenho Cajueiro, conhecido também popularmente como “Engenho Velho”, que tem relevância ao seu longo período de existência, tem maior importância neste trabalho, pois durou mais tempo e foi lá que nossos entrevistados moraram e vivenciaram suas experiências. Enquanto o Engenho Camará durou menos tempo, uma vez que seu engenho foi arrastado por um açude que se rompeu, ficando apenas o Engenho Cajueiro. Existiam, também, três casas de farinha: “São três partes, Cajueiro... com a casa de farinha maior, uma lá onde eu morava no Camará e outra no Cosmo da Rocha. Eram três casas de farinha, mas a propriedade era pegada uma nas outra”, (José Cavalcante de Andrade, 2015).

Quanto ao ano de instalação e desativação do engenho, o senhor José Ionilson Cavalcante de Andrade não soube responder ao certo, pois já fazia muito tempo de sua instalação, e ele deixou o engenho antes de sua desativação:

Faz muito tempo que tinha esse engenho, meu avô morreu e já deixou [...], meu pai que continuou. Meu pai morreu tinha uns noventa por aí assim. Eu tenho 81 anos, e eu de criança já tava com meu pai tomando conta do engenho. [...] meu pai mim entregou, cansado e doente [...] quando recebi o engenho tinha uns vinte anos. Ficou eu, aí os cunhados botou olho grande em cima e eu mim aborreci com aquilo, aí sabe de uma coisa, resolvi entregar. Comprei caminhão, comprei dois e fui trabalhar em Pernambuco, trabalhei nessa região com caminhão caçamba. (2015).

José Ionilson conta que estava em Campina Grande - PB, onde estudou no Alfredo Dantas e no Pio XI (onde terminou o magistério), quando, aos vinte anos, recebeu uma carta de sua irmã, que escreveu-lhe pedindo que fosse tomar conta do engenho, pois seu pai estava velho e cansado e não tinha mais condições de o fazer. Ele diz com orgulho: “Eu sou filho da terra. Nasci e mim criei aqui”.

Trabalhei no nordeste todinho, trabalhei de caminhão. Entreguei o cajueiro, o engenho a dois cunhados, um agora foi embora, foi embora e num votcha mais não, o Agripino, e o outro é Alandeque que ainda tá vivo. O filho dele ainda toma conta, mais num tem o que tomar conta, lá num tem mais nada. Acabo-se. A casa do engenho ainda tá impe. A minha lá no Câmara, são duas, Cajueiro e Câmara, eu morava no câmara, meus filhos criou-se lá no câmara, depois que tou morando aqui, um perverso, um bandido tocou fogo. (2015).

Ele relata ainda com angústia que não voltou mais no engenho Cajueiro: “num fui mais nunca lá não. O desgosto foi grande, [...] num entrei mais nunca lá, ta caindo todim, [...] você tomar conta de uma coisa assim e ver os outros com olho grande e tomar”. Segundo José Ionilson, seu cunhado, Agripino, se apossou da terra.

Faz quase 50 anos que entreguei. Agora, eles pararam de produzir porque num tava podendo produzir, porque num tinha trabalhador, num tinha condição de conduzir porque eles num tinha conhecimento

da coisa [...] a cachaça mesmo que eu tomava conta e eu era o principal [...] pra fazer a cachaça eu era o principal, porque nasci dentro do engenho e mim criei. Ai mandava para Campina Grande e lá era engarrafado, eu era dono e Agripino era dono, eu vim pra cá porque mim casei e ele foi tomar conta de lá. Ele num sabia conduzir, ele num sabia preparar, ai acabou-se [...] (sussurrou). (2015).

José Ionilson afirma que já faz muito tempo que existiam esses dois engenhos, Cajueiro e Camará, que seu avô deixou para seu pai, Alfredo Cavalcante de Andrade, quando faleceu; e que foi repassado para ele como herança. Ele relatou que desde criança esteve com seu pai tomando conta do engenho, só se ausentou no período em que estudou em Campina Grande.

No período em que o avô de José estava sob a posse do engenho, a moenda tinha um motor e funcionava com óleo diesel, quando o seu pai, Alfredo Cavalcante, assumiu e junto com ele se encarregou de colocar energia elétrica no Engenho Cajueiro no mesmo período em que se instalou energia elétrica em Matinhas, em 1960. No mesmo período, trocou-se a moenda por uma de ferro, mais moderna e que funcionava a eletricidade:

Ai, eu mais meu pai, botamos energia quando botou-se energia em Matinhas, ai veio o elétrico, no começo foi comigo, com meu avô foi a óleo. Ai quando botou-se energia em Matinhas, botamos energia no cajueiro. (José Ionilson Cavalcante de Andrade, 2015).

Ai tinha as carreta, ligava, era só apertar o botão, as carretas, tutututu [...] chegava a hora de virar era só apertar [...] era só chegar botar o óleo na moenda e tinha um tanquezim, assim, que aquilo vai pro motor movimentando quando defer ficava aquele lambu. (José Francisco dos Santos, 2015).

Os trabalhadores rurais entrevistados confirmam a versão do patrão, e contam que utilizaram poste de madeira para instalar a fiação e chegar até a rede de transmissão.

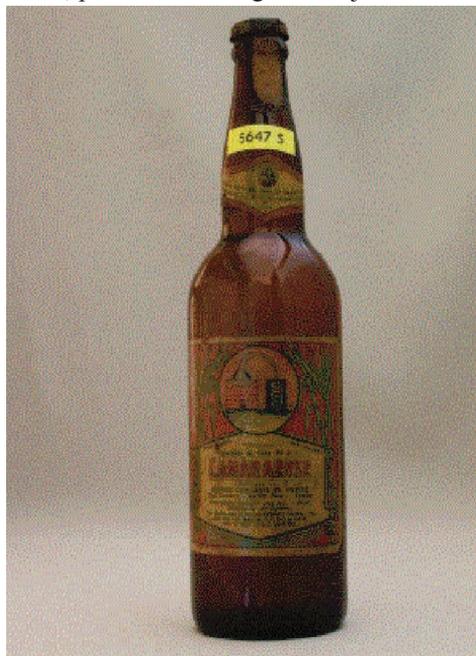
O processo de produção da cachaça, de acordo com a forma de preparo de José Ionilson, o principal responsável pela fabricação da bebida, é descrito da seguinte forma:

O alambique era onde se destila o caldo de cana, até ele chegar ao ponto, até azedar. Cair, que é normal, ele fica fervendo, fervendo, só o caldo azeda. Quando azeda, bota-se para o alambique... No meu tempo de criança, até adulto, o meu (alambique) era de cobre. Tava fazendo cachaça desde o tempo já do meu avô, ele morreu, meu pai tomou conta, ai era muita cachaça. (2015).

A cachaça produzida no Engenho Cajueiro era vendida em Campina Grande e nas bodegas próximas ao engenho. Eram levadas para Campina Grande e engarrafadas, transformadas em litros no enchimento em que José Ionilson botou,

segundo seu relato, para seu cunhado Agripino tomar conta. A cachaça “saía de incorreta, barril, e era muita coisa [...] era chamada Camaraense, (Figura 11) em Campina e toda região. A produção num era muita mais era boa. Dava para sobreviver com o que produzia” (José Cavalcante de Andrade, 2015).

Figura 11 -- A cachaça Camaraense, produzida no engenho Cajueiro.



Fonte: <http://www.pajuari.com.br> Dia: 22/04/2015 Hora: 16:40

Perguntado se a cachaça era o principal produto fabricado no engenho, ele afirma que “num era só cana não, plantava-se também muita mandioca. E a produção de mandioca era boa. Talvez fosse até mais que a cana-de-açúcar, porque tinha muita gente que plantava para sobrevivência”. Todos os moradores faziam suas próprias plantações de mandioca e produziam a farinha.

Naquele tempo trabalhava-se pra comer, era os moradores que plantava, todos eles, aqueles que moravam com a gente, recebia um sitiozim, a terra, a casa e um pedaço de terra e plantava para viver. Plantava feijão, plantava milho, plantava todas essas coisas que era o principal, todo dia plantava mandioca, vivia assim, era o meio de vida [...]. (José Ionilson Cavalcante de Andrade, 2015).

Podemos observar a diversidade de atividades que eram desenvolvidas na propriedade, que apresentava e ainda apresenta condições favoráveis para a prática da agricultura. E era nesta prática que os moradores tiravam seu sustento com a cultura de subsistência. E, para isso, eles recebiam um pedaço de terra: “E num tinha contrato não, quando vinha morar já era contrato, quando recebia a terra”.

Os trabalhos eram realizados diariamente. Todos os dias cortava-se cana, todo dia moía cana no engenho. Tinha os que cortava a cana, os que carregava de burro botava na moenda para moer, tanto os de fora como os moradores que trabalhavam. Todo dia, tinha trabalho, porque eles viviam também disso [...] E, às vezes, trabalhava hoje, outro dia já tinha outros trabalhando. Trabalhava em rodizio como chama né. (2015).

Tinha dia que trabalhavam na diária, ou seja, recebiam por dias trabalhados na lavoura. Quando trabalhavam na cachaça recebiam também por produção, uma porcentagem do que lucravam. Os trabalhadores lucravam aquilo que plantavam em seus terrenos, como por exemplo, milho e feijão. E se quisessem, o morador poderia criar, também, cabras para tirar o leite. “Eles criavam porque no começo a gente dava a eles para criar e tirar o leite para os filhos, porque tinha mãe que já num dava mais leite”.

A cana caiana foi usada, por volta de 1950, tempo em que Alfredo Cavalcante de Andrade, (pai de José Ionilson) administrava o engenho. José relata os tipos de cana que cultivava no engenho quando ele tomava conta e a sua preocupação com o trabalhador:

Agora a cana que trabalhava..., que eu afastei, (abandonei para ajudar o homem do campo) era a piojota. Uma cana muito cheia de pelo que o homem não aquentava trabalhar com ela. Ai eu fui pra Alagoa Nova no engenho e vi lá uma cana sem ter pelo, podia se trabalhar, que a outra era horrorosa, num sei como se trabalhava com ela. Foi uma cana que era por numero, ela tinha um numero que num tou lembrado mais. Tinha uma parte que chamava calibratória. Trouxe a cana de lá de Alagoa Nova que foi preparada lá pra Areias [...] trouxe e comecei a produzir aqui. (2015).

O carregamento da cana era feito através de burro mulo, que fazia o carregamento do canavial até o engenho, aonde se dava o processo de moagem. Esse animal era utilizado também para transportar cachaça para Campina Grande - PB. A cachaça era armazenada em barril de madeira ou em ancoreta:

[...] levava sempre pensando em garrafas, dava assim, de 80 a 100 garrafas de cada barril. Cada burro levava dois barril. Todo dia levava e tinha a vizinhança, consumia muito. A alegria do pobre era beber. Nas festas tinha que ter cachaça para beber. Até no banho tinha que ter uma dosagem. (2015).

Houve um tempo em que não foi mais necessário o transporte da cana, utilizando-se o burro, e ela passou a ser transportada de caminhoneta. Dessa forma, o burro passou a ser utilizado apenas dentro da propriedade.

Na propriedade viviam mais de 50 moradores, segundo José Ionilson, que lembra alguns dos nomes:

Ontô Chico, que morreu. Chico Honório, Bio Honório, Inhaço Santana, Zé Chico, Chico Cirilo, que faz muitos anos que morreu, João Chico [...] todos eles eu queria muito bem [...] Ontô Frutuoso, ele num era daqui e a gente

acabou trazendo ele pra cá, ele era lá de Soaracolaço... Eram muitos moradores, foram embora pra o Rio de Janeiro e morreu pra lá. (2015).

José Ionilson conta que seu pai doou um hectare de terra para construir uma escola pública no município de Matinhas (que está localizado no Sítio Camará), demonstrando que já tinha um interesse e certa preocupação com a população desta localidade. Podemos observar (Figura 12) que esta escola recebeu o nome dele em sua homenagem: Escola Municipal do Ensino Infantil e Fundamental Alfredo Cavalcante de Andrade. Esta escola só foi construída no ano de 2002, no mandato de Pedro Sudério da Silva, primeiro prefeito de Matinhas.

Figura 12: Escola Municipal do Ensino Infantil e Fundamental Alfredo Cavalcante de Andrade, construída em 2002 (Sítio Camará).



Fonte: Pesquisa direta, 2015.

Alfredo Cavalcante doou esta terra no tempo em que Antônio Leal era prefeito de Alagoa Nova. e Matinhas pertencia a mesma. Então, a terra foi doada a prefeitura e só passou a pertencer a Matinhas quando se emancipou. Ao contrário de Drº. Pedro Tavares, senhor de engenho do Geraldo, que tinha bastante terra, mas negou-se a doar, segundo José Ionilson.

Ao ser perguntado sobre a moeda utilizada na época, José Ionilson conta que no tempo em que seu pai administrava o dinheiro era o “réis”, a moeda era feita de

cobre: “Era assim que comprava as coisas”. Depois veio o “cruzeiro, que foi perdendo o valor [...] teve o cruzeiro novo e foi modificando. [...] Ainda tenho prata ali que num é de cobre é de níquel, eu tinha uma porção! [...] Eu guardei, já num existia mais ela. Era prata, prata mesmo [...]”. Desta forma, ele relata que colecionou moedas de cobre, mas chegou a perder algumas, e também deu outras a seu filho, pois sabia da importância dessas (também para a história) e tinha a consciência de que essa época iria passar, bem como a valorização delas.

Ao falar de sua trajetória como proprietário do engenho, descreve que sua vida não foi fácil e que também trabalhou muito no engenho:

Tirava agave para disfigar no motor. Butava no instaleiro para secar. No sábado, às vezes, eu trabalhava. Os moradores não, que num tinha obrigação né de tá trabalhando. Às vezes, chegava e dizia, eu vou ajudar também e ia conversar com a gente. Eu trabalhava do sábado, pro domingo, tirando agave do campo, para preparar o caminhão, que na segunda feira vinha e levava [...]. Nessa região aqui, foi grande de agave quando a cana afracou, mas ainda tinha cana, que a mandioca diminuiu, o agave tomou conta dessa região. Era muito agave! O pobre só vivia disso, eles plantavam pra eles as carreiras de agave na beira dos camins para vender nas bodegas. (2015).

Os trabalhadores relatam que quando a cana-de-açúcar não estava dando lucro, a solução encontrada para superar as dificuldades financeiras na qual se encontravam era introduzir a cultura do sisal no Engenho Cajueiro, que se tornou a base econômica de Matinhas (atualmente, cultiva-se no município uma grande produção de laranja). José descreve como realizava esse trabalho e a forma que os seus empregados lidavam com ele:

Puxava agave na maquina de madeira, de mão. A parte do motor era uma, e a parte que eles tirava para eles, tirava na mão. Tinha o pisador ai soltava e tirava a fibra molhada ai ia para o campo para secar. Então, isso eu fiz muito tomando conta, mas essa parte era o morador que levava para vender na bodega do meu pai, vendia era um movimento grande. Movimento que revolucionou essa região do brejo e acabou-se de uma vez. (2015).

Como descreve José Ionilson, ele tirava a fibra do agave utilizando uma máquina de madeira apropriada, que torna o processo mais rápido, enquanto os moradores e trabalhadores que trabalhavam com esse mesmo produto tiravam a fibra à mão. Ressaltando que se refere a um trabalho árduo e duradouro, que causa bolhas nas mãos de quem o utiliza. O agave era vendido pelos trabalhadores nas bodegas, inclusive na de Alfredo Cavalcante; e a produção de José Ionilson, assim como a cachaça, era vendida em Campina Grande. Apesar de a maioria da produção ser vendida para fora do município, o retorno era sempre garantido.

Através dos relatos dos entrevistados podemos constatar que a produção do sisal não se deu apenas nas microrregiões do Curimataú, Seridó Paraibano e Cararis Velhos no Estado da Paraíba³³, mas também no Brejo Paraibano.

4.2 A Relação com o patronato e as condições de vida dos trabalhadores rurais e suas experiências

José Francisco dos Santos (conhecido como Zé Chico), de 75 anos, é um dos trabalhadores e moradores que viveu mais tempo no Engenho Cajueiro. Trabalhou por mais de cinquenta anos. Em entrevista, relatou e rememorou alguns fatos históricos da sua trajetória no engenho. Nascido e criado na região, morou na propriedade do engenho Camará e hoje reside no Sítio Cachoeira do Gama. Aos 12 anos, começou a trabalhar no Engenho Cajueiro junto com seu pai que já se encontrava idoso e não podia mais trabalhar no eito: “ai a gente tomava conta da obrigação dele, pra corta cana, pra ‘cambitar cana’, fazer mandado”. (José Francisco dos Santos, 2015).

Começou a trabalhar no engenho mais ou menos em 1953, com a função de transmitir recados de seu patrão aos demais funcionários e à vizinhança, tornando-se um funcionário de confiança. Mas ele também realizava trabalhos braçais nos canaviais, cortando cana e ajudando os trabalhadores no que precisassem, caracterizando um trabalho precoce e de exploração de mão-de-obra de menores de idade. Aos dezoito anos, passou a “cambitar cana”, que era um trabalho mais pesado. Ele afirma que em 1957 já era “velho de trabalho”, período no qual já se encontrava como morador.

Começou a trabalhar no engenho quando Alfredo Cavalcante de Andrade ainda era proprietário dos dois engenhos, Camará e Cajueiro, e permaneceu até mais ou menos 1997, quando o engenho estava chegando a sua desativação. Seu depoimento demonstra que a vida no Engenho Cajueiro não foi fácil, chegando, muitas vezes, a passar necessidades, sentir fome e não ter o que comer e nem dar para os seus filhos: “Sei que a vida foi pesada [...] no dia que eu almoçava de noite num jantava”. Essa foi uma realidade enfrentada por todos os trabalhadores entrevistados: o que ganhavam, mal dava para sobreviver.

Trabalhava na propriedade a semana inteira. Os sábados e domingos eram os dias que dedicavam para cuidar de seus pequenos roçados, na prática da cultura de

³³Fonte: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/43271/1/SID-DOCUMENTOS-1-SISTEMA-DE-PRODUCAO-DE-SISAL-MICROREGIOES-DO-CURIMATAU-SERIDO-PARAIBANO-E-CARIRI.pdf>.

subsistência, como: milho, feijão, rama de batata e mandioca, sempre fazendo rodízio da terra. Não lucravam muito, porque o roçado era pequeno e tinham pouco tempo para plantar; mas a terra era boa para o cultivo. José Francisco compara o tempo em que viveu no engenho com os dias de hoje, e lembra da dificuldade que era para fazer suas plantações:

Hoje a situação tá boa de mais! [...] antigamente pra comprar um rabim de peixe era um maior sufoco. A bodega mais antiga que tem era de Pedro Machado, mandava compra arroz [...] só comia arroz e feijão. Se sustentava daquilo que produzia na terra [...] até pé de fruta num podia plantar que eles num deixavam, tinha que ter ordem deles. Se fosse pra plantar um pé de banana já dizia que queria fazer posse. (2015).

Os moradores e trabalhadores que quisessem plantar e criar animais, tinham que pedir permissão ao patrão, o que comprova a relação de submissão daqueles ao senhor de engenho. Nessa visão da ‘morada’³⁴, tal atitude não era apenas tática patronal nas relações entre empregadores e empregados, mas significava uma organização das relações de trabalho distinta das demais. Entre suas características concretas, a habitação e a terra cedidas eram essenciais. Junto à casa do morador havia o roçado, ou, ‘*fundo de casa*’. Esse lote de terra caracterizava por si só a ‘morada’ e o “*botar*” roçado, isto é, plantar.

José Francisco conta que as casas eram de taipas, cobertas de palha de cana e de chão batido. O patrão dava ao futuro morador a oportunidade de escolher o lugar onde queria construir sua casa e residir. O patrão dizia: “segunda-feira tem um corte de cana ajunte o olho de cana pra cobrir sua casa”. As paredes eram feitas com varas retiradas das matas que eram cortadas, fincadas ao chão, amarradas uma nas outras, e tapadas com barro de forma que ficassem seguras. Na casa de Severino Clementino, as paredes eram de tijolos, mas era coberta com palha, “num era telha não”. “Era por minha conta, [o patrão, Alfredo Cavalcante] nem queria que eu cobrisse, quando dava uma chuva, às vezes, a gente se molhava todim de noite”. Observa-se a precariedade das moradias e o sofrimento em que viveram os trabalhadores. Nota-se, também, que não tinham nenhum tipo de contrato, era assim que as relações de trabalho se constituíam e eram firmadas.

Assim como José Francisco dos Santos, o senhor Severino Clementino da Silva, de 72 anos, Sr. Bio Honório também trabalhou e foi morador do Engenho

³⁴ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003, p. 323.

Cajueiro. Começou a trabalhar no engenho quando tinha quinze anos, onde permaneceu, chegando a completar mais ou menos quarenta anos de trabalho. Saiu do engenho por volta de 1978. Trabalhou na época em que Alfredo Cavalcante ainda era proprietário, mas depois o engenho seria repassado aos herdeiros: Agripino e Alandeque. A maioria dos trabalhadores rurais não tinha uma função definida no campo, trabalhava no que precisasse: fazia a limpa do terreno, plantava, cortava e transportava a cana-de-açúcar para a moenda.

Pra limpar e pra cortar cana era na “ticuca”, [...] ganhava micharia, era no tempo do réis. Eu trabalhava segunda, terça, quarta, quinta e sexta, quando era no sábado eu tinha a feira pra fazer. Eu dizia fulano vai trabalhar na minha vaga pra tu que vou pra fera, arrumar o dinheiro da minha fera, na fera em Campina. Num dava pra nada não. O certo eu trabalhava uma semana pra ele e outra pra mim em casa [...] num era direto não sabe. (2015).

As condições de vida dos moradores eram precárias. Estavam sujeitos a um regime de trabalho extenuante e eram submetidos a baixo nível de remuneração, (MOREIRA, 1981) Apud (LIMA, 2009). No período em que Alandeque era administrador, o engenho começou a dar sinais de fracasso. Muitos moradores começaram a abandonar o engenho e a procurar outras regiões. A partir daí, José Francisco e Severino Clementino se sentiram sobrecarregados com tantas obrigações. Depois de muito tempo de trabalho, foram obrigados a retirar-se do engenho.

Aí, botaram eu pra fora com direito a cinco mil réis. Ai eu disse eu num vou aguentar não, eu com cinco fio, tudo sem ter com que cobrir com balai. Ai quando botaram eu pra fora eu botei ele na junta [justiça] ai tirei cinco quatcho de terra, Bio Honório tava mais eu ai cheio de filho também, ai tive pena. Ai quando ganhei a questão fui lá em Terreza Braga falei com ela, ela foi advogada da gente, ai registro cinco quatcho de terra, veio e médio, ai eu tirei dois quatcho e meio de terra pra seu Bio Honório e fiquei com dois quatcho e meio. Ai Bio Honório começou a fazer a casinha dele pra lá e alicesar os fios e eu também. (José Francisco dos Santos, 2015)

A indenização que ganhei foi essa terra do tempo todim que trabalhei lá. Forçado, forçado, sem querer dar. Foi o jeito, né. Foi dois anos rolando, em 1978 pra 1980, enrolando essa questão aqui até ele ver que eu tinha direito. Mais de 40 anos trabalhando pra ainda ter que brigar? Cabra rico né! [...]. (Severino Clementino da Silva, 2015).

Depois de muitos anos de trabalho os moradores não tiveram direito a seu pedaço de terra, ao qual tanto se dedicaram. Não conseguindo acordo com seu patrão (Alandeque), tiveram que mover processo para obter direito de posse sobre a terra. Esse foi um dos momentos cruciais em que os moradores relataram sua indignação em relação ao patrão e à sua falta de consideração. Alandeque aparece nos depoimentos como um patrão rígido e extremamente exigente.

Valdomiro Jovem de Araújo, de 64 anos, também residente no Sítio Cachoeira do Gama, começou a trabalhar no Engenho Cajueiro quando estava sob a posse de Alandeuque, o último administrador, por volta de 1990. Trabalhou no engenho como “tirador de diária”, ou seja, ele recebia no final dos dias trabalhados, ou por “ticuca”, divisão da terra por léguas, em que era medida para a limpa da lavoura; e recebiam no final da semana. Trabalhou por um período de seis anos. Muitos dos trabalhadores, assim como ele, chegavam por sua conta e se ofereciam para executar tarefas no engenho ou eram indicados. Trabalhavam sempre em períodos sazonais e de entre safras, passavam um ou dois meses seguidos trabalhando, paravam por um período e depois voltavam.

4.3 Os trabalhadores rurais da zona canavieira do Cajueiro: organização, distribuição e remuneração.

No Engenho Cajueiro, como foi citado anteriormente, desenvolveu-se a cultura da cana-de-açúcar, um trabalho diário realizado pelos moradores e por empregados contratados. O trabalho estava organizado, inicialmente, na divisão da terra para a roçagem do mato na tarefa que se dava no início da semana, e assim, fazia uma “ticuca” para realizar este trabalho. A “Ticuca”, conhecida por este nome em algumas áreas nordestinas, é a forma de trabalho em que o trabalhador tira o que quer por dia: meia conta, uma conta, duas contas; que dá por semana, uns quatro ou cinco dias, ou menos, se o trabalhador tem seu próprio roçado ao qual se dedica (DIÉGUES JUNIOR, p. 32, 2006).

Roçava o mato era na tarefa, media 50 braças assim (fez o jeito com o braço), 50 assim e 50 assim, fazia uma “ticuca”, aí a gente tirava aquela “ticuca”, na “ticuca” ele pagava dois mil réis. Mas tinha dias de pegar uma danada daquela passava dois dias (risos) saia a merma coisa a 10 tons, quando era um mato bom de limpar a gente num dia tirava ganhava aquele dois mil réis, quando num era tinha que passar aquele merma dois dias. Era desse jeito. Era a diária só ficava o sábado pra gente, à produção de cana era todo dia. (José Francisco dos Santos, 2015).

Como podemos observar, no Engenho Cajueiro, o trabalho era desenvolvido por meio da “ticuca”, e recebiam na diária. O que representa por dia 10 tons, e de cinco ou dez mil réis por semana, o que dependia do desempenho no trabalho executado. Logo, Dabat (2003, p. 325) descreve uma das características da ‘morada’, segundo Moacir Palmeira, onde estava sob a “forma de organização em que o trabalhador

trabalha isolado (só ou com a família), e em que seu ganho depende em primeira instância da tarefa realizada, como ocorre na ‘tarefa’ e na ‘conta’.” De um lado, isso o distinguia dos demais trabalhadores condenados ao “eito” (trabalho em turma sobe supervisão de um cabo).

O morador tinha um pouco de autonomia, bem como o papel articulador do morador, chefe de família, que pedia e recebia a ‘morada’. Mas o preço a pagar era eventualmente “o corte na tarefa”, ou seja, “o trabalhador não tinha nenhuma certeza de quanto receberá ou mesmo de que receberá alguma coisa no final, ainda que o serviço tenha sido apreçado com o senhor de engenho ou o ‘administrador’”. Pois, a obtenção do ‘ganho’ não se decide apenas no trabalho, mas pelo bom relacionamento do ‘morador’ com o senhor de engenho ou ao administrador sendo decisivo no julgamento da qualidade do seu trabalho feito pelo ‘cabo’³⁵.

No Engenho Cajueiro, sob a administração de Alandeque, o encarregado era o responsável pela contratação dos trabalhadores de lavoura, e os acordos eram firmados oralmente. Dessa forma, o empregado tinha pouco contato com o patrão e as relações se estabeleciam através do encarregado. Os encarregados eram Antônio Chico, já falecido, e João de Oniriá; os dois moravam nas proximidades do engenho. Estavam na propriedade para resolver o que fosse preciso: medir a tarefa, ou “ticuca”, para o trabalhador fazer a limpa da lavoura; e serviam como vigias: observavam e fiscalizavam se os trabalhadores estavam realizando seu trabalho de forma correta e quando terminavam a tarefa, logo se encarregavam de fazer uma nova. O pagamento dos trabalhadores e moradores era realizado através do patrão, a cada sexta-feira: “quando tinha dinheiro, e quando num tinha, ai dizia, num tenho dinheiro não [...]” (deu risada). (Severino Clementino da Silva, 2015).

Por volta de 1960, encontravam-se no Engenho Cajueiro e Camará, mais ou menos, 70 moradores, também acompanhados pela família. Entre eles: “Chico Cizino, Tabila, Biu Honório, Ontôi Chico, João Chico, Zé Chico Fio, Sivirino Amâncio, Biu de Rosa, Noé [...] (pensando), Zé Chico, Inhaço Santana, Ontôi Frutuoso, Biu Aimanço, Ontôin Binidito”. (Valdomiro Jovem de Araújo e José Francisco dos Santos, 2015), entre outros.

³⁵ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003, p. 325.

Dentro da propriedade, como já foi citado, existiam três casas de farinha, onde os moradores faziam suas próprias plantações de mandioca, assim como os vizinhos, e iam para as casas de farinha dos engenhos fazer farinha. Aqueles que tinham tempo de se dedicar a este trabalho, ressaltando que não eram todos, pagavam um litro de “conga”, ou seja, de 10 quilos produzidos de farinha. O morador ou vizinho teria que pagar ao patrão um litro, ou uma cuia, que era a medida para poder fazer uso da casa de farinha. “Num dava uma colher de chá a ninguém não”, (risos). (Severino Clementino da Silva, 2015).

Ao lado da agricultura de alimentos desenvolveu-se no Engenho Cajueiro o cultivo da cana-de-açúcar, destinada à produção da cachaça. Uma sucessão de culturas, inclusive a própria cana, passou a marcar a organização do espaço regional, dando origem ao que alguns historiadores e cronistas denominam de ciclos econômicos do Brejo. (ALMEIDA, 1980; MARIZ, 1978) Apud (LIMA, 2009).

A produção da cana-de-açúcar na região era boa, principalmente no período de inverno, que sempre tinha corte da cana e plantava-se muito. O cultivo só era considerado ruim quando se plantava nas terras mais elevadas, nos altos, porque a água batia e corria para as várzeas, deixando a terra seca.

A cana tem três olhos, ela brota e se renova cada vez que é cortada e plantada. Vários cortes podem ser tirados delas, são plantadas de três a cinco vezes, são tratadas, e quando se passa um ano, já estão maduras, e todo ano pode ser realizado esse processo, segundo José. A primeira planta passa mais de um ano para dar o corte, porque quando se planta ela novinha é mais difícil para crescer, não é como ela já está enraizada na terra, que cresce rapidamente. Tinha cana de até dez anos, mais ou menos, porque eram cultivadas em várzeas, onde a produção era melhor. A terra era preta, tipo massapé, em algumas áreas da propriedade. Apresentava também outras misturas de terra, o que influenciava no cultivo da cana. O tipo de cana cultivada no Engenho Cajueiro era a calibratória e a piojota.

No período em que José Francisco dos Santos trabalhou no engenho sob a administração de Alandique, quem produzia a cachaça era Ontônio Chico, já falecido, que era conhecido desta forma na região e também acumulava a função de encarregado. Era ele quem destilava o caldo da cana no Engenho Cajueiro, e já levava a cachaça pronta. Ao chegar em Campina Grande, eram colocadas em “piponas” grandes (recipientes), onde eram desdobradas, ou seja, “se levasse cinco barril de cachaça eles botava mais dois por cima de água ai botava mais tempero”, (José Francisco dos Santos,

2015). Feito este processo, estavam prontas para encher as garrafas e fazer a entrega nas ruas de Campina Grande - PB. Essa adulteração era feita com o objetivo de aumentar a quantidade da cachaça para lucrar mais, visto que este processo também era realizado no enchimento do Senhor Agripino.

O transporte para levar a cachaça era feito através de burro mulo. Na cangalha colocavam-se duas ancoretas, uma de cada lado, a cachaça era levada para Campina Grande e voltava para o engenho com 20 litros de álcool, para desdobrar a cachaça no engenho. Reaproveitavam aquelas cachaças que não davam mais produto, e elevavam a temperatura de 20°C a 21°C para separar água da cachaça. Tiravam do alambique aquela cachaça que dava de um a três barris e colocavam a água em outros barris, para desdobrar.

Deixei o eito, e passei a carregar cachaça pra rua. Dava três viagem pra Campina com aguardente aí levava lá pro enchimento de seu Agripino. Chegava lá deixava a cachaça e trazia três de álcool pra desdobrar a cachaça, e votchava de novo. Era eu, Chico Ciliro e Inhacin. Nos três era os empregados de ir pra rua nas costas dos burros. Chuveno naquele tempo rapaz de fazer gosto, [...]. (José Francisco dos Santos, 2015).

De acordo com os entrevistados, houve um período anterior em que a cachaça era produzida no engenho e levada engarrafada com palha de banana para Campina Grande. Levavam cinco animais, e em cada um transportavam cem garrafas, o equivalente a cinquenta de cada lado, carregados em caçoar no lombo dos burros. Passado algum tempo, o transporte passou a ser em barris e ancoretas. Tinham dias em que levavam três animais por dia, duas vezes por semana.

A cachaça Camaraense era produzida no Engenho Cajueiro e era considerada muito boa e famosa na cidade, e a Caranguejo era produzida em Campina Grande. A cachaça era vendida em Campina Grande e nas bodegas em torno do engenho; também se entregavam pequenos barris nas bodegas. O litro de cana era muito barato em relação aos dias atuais, mas não podemos deixar de considerar que a produção da cachaça do Engenho Cajueiro contribuiu de uma forma significativa para a economia de Campina Grande e regiões próximas ao engenho. Quando a cachaça foi dando sinais de fracasso, levou ao desenvolvimento de uma nova cultura na região: a plantação de agave, que também contribuiu para a economia do município de Matinhas e Campina Grande – PB.

Por volta de 1990, a produção da cachaça Camaraense foi dando sinais de fracasso, pois produzia-se cada vez menos. Em vez de produzir dez, ou doze barris, passou-se a produzir sete, oito, ou menos. Isso se deu com a saída dos moradores do

engenho, que estavam insatisfeitos com o trabalho e passaram a procurar outras regiões. Dessa forma, não tinha mais trabalhadores suficientes para “cambitar cana” e realizar todos os trabalhos necessários dentro da propriedade e para manter o engenho moente. Dessa forma, o engenho veio à falência. Mas, existe um outro relato de alguns trabalhadores que afirmam que o que levou a sua desativação foi à explosão da moenda, onde não teriam mais como produzir; e assim o engenho ficou estagnado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise sobre as relações de trabalho entre o senhor de engenho e os trabalhadores rurais e suas condições de vida na zona Canavieira do Cajueiro (1950–1997) – do município de Matinhas/PB –, podemos concluir que as relações estabelecidas se davam quase sempre de forma pacífica e em comum acordo entre patrão e empregado. Exceto, na fase em que o engenho começou a dar sinais de fracasso, quando o administrador Alandeuque teve que colocar os moradores para fora da propriedade; esses tiveram que brigar na justiça por um pedaço de terra. Através disso, percebemos que as relações de trabalho também se constituíam através dos encarregados.

Este trabalho nos possibilitou perceber a importância desses trabalhadores rurais para manter os engenhos moentes, e para registrar o ponto de vista destes como sujeitos da história, trazendo à “luz” fatos que pareciam estar esquecidos. Dessa forma, deixam de ser excluídos e passam a contribuir para o resgate do passado histórico do município de Matinhas – PB.

A História Oral é fundamental para a realização dessa pesquisa, pois foi através dela que se possibilitou a coleta de informações por meio de depoimentos. Podemos perceber, também, através da fala dos depoentes, que as condições de vida dos trabalhadores eram precárias, assim como a remuneração recebida.

Analisando a diversidade encontrada no Engenho Cajueiro, podemos considerar que contribuiu de forma significativa, tanto no aspecto econômico e social do município de Matinhas com a cultura do sisal, como também na venda da cachaça para Campina Grande - PB e regiões próximas ao engenho; questão essa que pode ser aprofundada nos próximos trabalhos.

REFERÊNCIAS

BERUTTI, Flávio. MARQUES, Adhemar. **Ensinar e aprender História**. Belo Horizonte: RHJ, 2009. p.188.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa. Difel. 2012. p.16.

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de Engenho**. Vol. I. Recife. 2003. p. 730.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural**. Maceió: EDUFAL. 2006. p. 101.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Paz e Terra: Universidade Estadual de Campinas. 1977. p. 294.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. “II Memória e memória história”. 2.ed. – Passo Fundo: UPF. 2004. p. 33-57.

Fonte: <http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/arquivos/os-trabalhadores-dos-engenhos-e-suas-experiencias.pdf>.

Fonte:<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/43271/1/SID-DOCUMENTOS-1-SISTEMA-DE-PRODUCAO-DE-SISAL-MICROREGIOES-DO-CURIMATAU-SERIDO-PARAIBANO-E-CARIRI.pdf>.

LIMA, Fabiano Silva de. MELLO, Fabiano da Silva. **Espaço Agrário e pequena produção no Brejo Paraibano: o caso da floricultura na comunidade avarzeado**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo. 2009. p. 1-21.

QUINTAS, Fátima (Org.). **A Civilização do Açúcar**. Recife: SEBRAE, Fundação Gilberto Freyre. 2007. p. 208.

ROCHA, Kátia Fernandes da. **Desenvolvimento socioeconômico do município de Matinhas – PB: uma análise a partir da produção de laranjas e tangerinas**. Kátia Fernandes da Campina Grande: UEPB. 2007.

SILVA, Giusepp Cassimiro da. **A importância da Citricultura para o Município de Matinha- PB: circuito inferior da economia**. 2011. Monografia do Curso de Licenciatura Plena em Geografia. UEPB/CEDUC/DG. Campina Grande, Paraíba. 2011. p. 39.

SILVA, Marcos Paulo. **Camponeses na resistência cotidiana: uma história do Sítio Geraldo – Matinhas-PB**. Monografia do Curso de Licenciatura Plena em História. UEPB. Campina Grande. 2005. p. 67.

ANEXO

QUESTIONÁRIO USADO PARA A ENTREVISTA

1. QUAL O ANO DE INSTALAÇÃO E DESATIVAÇÃO DO ENGENHO CAJUEIRO?
2. COMO FUNCIONAVA O ENGENHO CAJUEIRO?
3. QUAL A FORMA DE TRABALHO ERA DESENVOLVIDA NO ENGENHO CAJUEIRO?
4. TRABALHOU POR QUANTO TEMPO NO ENGENHO?
5. COMO ESTAVA DIVIDIDO O TRABALHO, E QUAIS EQUIPAMENTOS ERAM UTILIZADOS PARA DESENVOLVÊ-LO?
6. QUAL A FORMA DE PAGAMENTO (REMUNERAÇÃO)?
7. COMO ERA A RELAÇÃO COM O PATRÃO?
8. QUAIS EXPERIÊNCIAS ADQUIRIDAS COM O TRABALHO DESENVOLVIDO NO ENGENHO?
9. QUAIS PRODUTOS ERAM PRODUZIDOS NO ENGENHO, E QUAIS ERAM VENDIDOS? E SE ERAM VENDIDOS, O ERAM PARA ONDE?
10. A CACHAÇA ERA O PRINCIPAL PRODUTO FABRICADO?
11. ALÉM DO TRABALHO HAVIA ALGUMA OUTRA RELAÇÃO COM O PATRÃO; E COMO CONSEGUIU O TRABALHO?
12. A REMUNERAÇÃO ERA SUFICIENTE PARA A SOBREVIVÊNCIA?
13. AS CONDIÇÕES DE VIDA ERAM BOAS PARA A ÉPOCA OU CHEGOU A PASSAR NECESSIDADES?